



Lei Geral de Proteção de Dados LGPD

Definições importantes: as novas funções criadas pela LGPD

A LGPD trouxe novidades não apenas para a proteção de dados pessoais. As empresas têm que se adaptar aos novos personagens criados pela Lei e que possuem papel importante para a aplicação dessa legislação. São os agentes de tratamento, divididos em:

controlador, operador e encarregado, também chamado de Data Protection Officer (DPO).

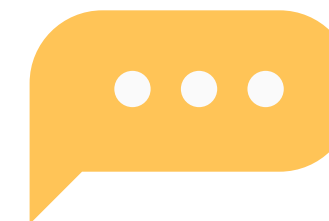




Controlador: é a pessoa física ou jurídica, seja no âmbito público ou privado, responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: é a pessoa física ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado ou DPO: é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Esse cargo tem a função fiscalizatória interna, garantindo que a empresa esteja em conformidade com as regras da LGPD.



O que é ANPD e sua atuação

É um novo órgão da administração pública federal, vinculado à Presidência da República, com autonomia técnica e decisória. A ANPD terá a função de fiscalizar a aplicação da Lei, podendo fornecer normas complementares, orientar e supervisionar a aplicação das medidas legais.



A ANPD terá competências normativa, deliberativa, fiscalizadora e sancionatória, tendo como principal função zelar pela proteção de dados pessoais. Além de fiscalizar e aplicar sanções, a ANPD também tem a função de editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, para que os agentes de tratamento e os titulares de dados pessoais compreendam o alcance da norma.

Mas não é apenas isso. O novo órgão também terá o papel de esclarecimento da LGPD, promovendo na população o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança, além de promover e elaborar estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade.

Ao todo, **são 24 incisos na Lei 13.853/2019** (que cria a ANPD) tratando especificamente das competências da Autoridade Nacional.



24 incisos



A ANPD é composta de:

- I - Conselho Diretor, órgão máximo de direção;
- II - Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- III - Corregedoria;
- IV - Ouvidoria;
- V - Órgão de assessoramento jurídico próprio;
- VI - Unidades administrativas e unidades especializadas necessárias à aplicação do disposto nesta Lei.

A quem se aplica e quais as exceções?

A LGPD se aplica a todos os negócios, independentemente do seu tamanho ou segmento, sendo públicos ou privados, uma vez que acessam, coletam e tratam os dados de pessoas físicas, tanto no meio digital quanto no meio físico, com o objetivo de fornecer bens e serviços.

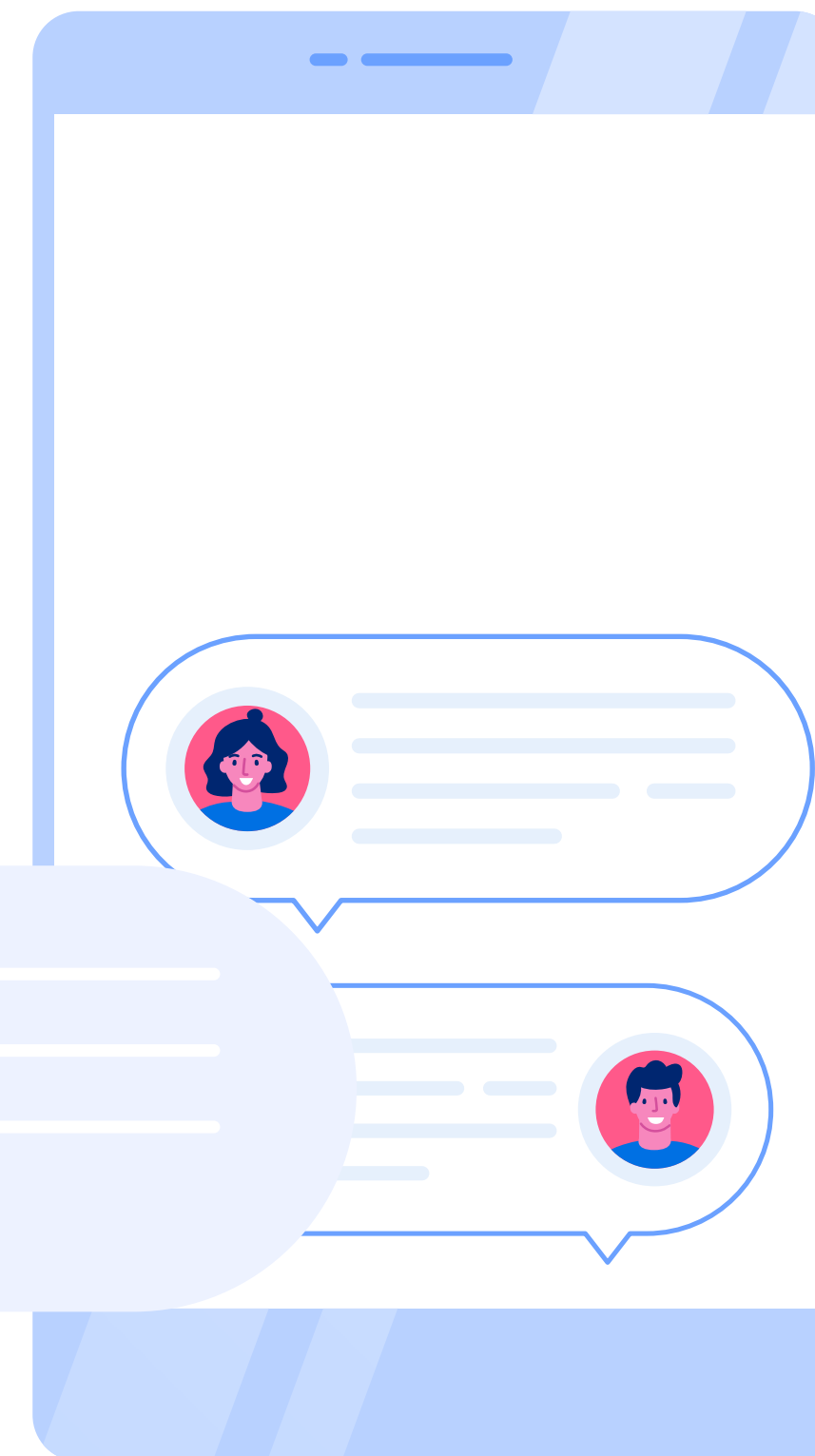
A nova Lei vale tanto para lojas físicas quanto virtuais, os chamados e-commerces, e também para pessoas físicas que realizem a atividade de tratamento de dados nesses termos.





Mas tem exceções? Sim!

A LGPD não é aplicada se o tratamento de dados for realizado por pessoa física exclusivamente para fins particulares e não econômicos ou para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos, acadêmicos e necessários à segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de crimes.



O mesmo vale para informações de caráter confidencial que não envolvem dados pessoais, como dados relacionados a operações financeiras ou de segredo industrial. Nesse caso, esse tipo de dado continua sendo protegido e regido por legislação específica, como a Lei do Sigilo Bancário (LC n.º 105/2001); Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96); Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/11); Lei do Cadastro Positivo (Lei n.º 12.414/11); Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e outras.



Cuidado com as sanções!

Caso as empresas não se adequem à LGPD, é preciso ficar ciente das sanções decorrentes do descumprimento das normas trazidas pela nova Lei. As sanções vão desde advertência até multa de 2% do faturamento das empresas, limitado ao valor de R\$ 50 milhões. Dentre as sanções administrativas, pode haver advertência com prazo para as correções necessárias, bloqueio ou eliminação dos dados pessoais que originaram a infração.



Cuidado com as sanções!

Para que as sanções sejam aplicadas é necessário primeiro passar por um procedimento administrativo, a ser definido pela ANPD, que possibilite a oportunidade de ampla defesa. Fatores, como gravidade e a natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados, a boa-fé do infrator, a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, sua condição econômica, reincidência e grau do dano, serão levados em conta no momento de aplicação das penalidades.

No caso de fiscalização, por parte da ANPD, será considerada a implementação de mecanismos e procedimentos internos capazes de minimizar os riscos do tratamento dos dados, como políticas de boas práticas e governança e adoção de medidas corretivas.



